

Governo abre novas

UNIA

CIOS

frentes antiinflação

Com Brasil

ternos, blazers e calças

ESTADO DE SÃO PAULO

Prioridade é mudar Constituição e trabalhar com governadores para combater déficit público

BRASILIA - O governo definiu ontem uma linha de ação para tentar conter a inflação. Os pontos básicos foram acertados em duas reuniões, a primeira da ministra Zélia Cardoso de Mello com seus principais assessores e a segunda da ministra com o presidente Fernando Collor. No início da noite, a ministra anunciou que ficou decidida a necessidade de mudar o quanto antes vários itens da Constituição, como a estabilidade do funcionário público após cinco anos, e estabelecer um trabalho conjunto com os governadores eleitos, de modo a obter mais eficácia no controle do déficit público. A curto prazo, o Ministério pretende estabelecer um novo índice para a inflação, cujos estudos devem estar concluídos em duas semanas, revelaram assessores de Zélia.

Além disso, duas outras prioridades foram estabelecidas para este ano na longa reunião de avaliação do plano de estabilização realizada pela ministra no Ministério da Economia e levadas ao presidente Collor em despacho no final da tarde, no Palácio do Planalto. Uma, acelerar o programa de privatização — incluindo a das concessionárias de serviços públicos — e ampliar a reforma administrativa, com novas fusões e extinções na administração direta e na área das empresas estatais.

“Estes são os passos que deveremos dar nos próximos meses em termos de ações do governo”, destacou Zélia. Nos próximos dias, técnicos do ministério deverão concluir o estudo dos vários pontos que devem ser mudados na Constituição e apresentá-los a Collor. “Queremos estas mu-



Luiz Antonio/AF

Zélia e sua equipe no Ministério da Economia: avaliação do Plano

danças o mais breve possível”, assinalou. A área econômica, disse Zélia, quer acabar com a estabilidade de emprego dos funcionários públicos. Uma aproximação com os novos governadores é outra preocupação do Ministério da Economia. “Em 1990 tivemos diversos problemas provocados pela falta de ação conjunta”, observou Zélia. Para evitar que os problemas se repitam, o interesse é “executar uma política afinada e em cooperação com os governadores”. Já está sendo formada uma comissão com representantes dos Ministérios da Justiça e da Economia e da Secretaria de Administração, para preparar programas de trabalhos conjuntos com os governadores. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, coordenador político do governo, já começou o trabalho de articulação com os governadores eleitos e os futuros secretários estaduais de Fazenda para acelerar a aproximação, informou Zélia.

O programa de privatização ocu-

pou grande parte da reunião no Ministério da Economia, da qual participaram o secretário-executivo, João Maia, o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, o presidente do Banco Central (BC), Ibrahim Eris, o diretor de política monetária do BC, Luís Eduardo de Assis, o presidente da Petrobrás, Eduardo Teixeira, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano, e o assessor especial José Francisco Gonçalves. A ministra afirmou que uma nova lista com mais “oito ou dez” empresas estatais privatizáveis será apresentada hoje ao presidente da República. A Açominas e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) estarão incluídas na lista.

A redução das despesas públicas também foi tratada na reunião. O objetivo, revelou Zélia, é reduzir em US\$ 4 bilhões (cerca de 1% do Produto Interno Bruto) os gastos do governo este ano e as estatais são o grande alvo.